

# Acordo tenta ampliar ação do Congresso

**Tarcísio Holanda**

Há um grande acordo político em marcha envolvendo Orestes Quércia, Delfim Netto, Paulo Maluf, José Sarney, o qual poderá se concretizar no presidencialismo ou desaguar no sistema parlamentarista, em fórmula inspirada no modelo francês, que preserva os — imensos — poderes do Presidente da República. Para Quércia e os demais envolvidos nessa composição, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho não está tendo condições de exercer seu talento e qualidades como coordenador político do Governo.

Parte-se do pressuposto de que já se desvaneceram as esperanças de que o governo Collor resolva os graves problemas econômicos, financeiros e sociais do Brasil. Delfim e os demais envolvidos na operação sustentam que a tentativa governamental de sanear o sistema econômico-financeiro frustrou-se inteiramente, devendo-se prever meias-solas, daqui para a frente, até que o País se reencontre no limiar de novo impasse.

**Instabilidade** — Existe a convicção, entre os personagens envolvidos com essa articulação, de que a crise brasileira é tão profunda e complexa que o País não a superará enquanto suas elites não revelarem capacidade para montar sistema político-institucional estável e duradouro, capaz de permitir a implementação das medidas adequadas, muitas das quais estão inscritas no **Projeto** de Collor.

Há consenso quanto à necessidade de introdução de voto distrital misto — uma conciliação entre o voto majoritário e o proporcional, talvez meio a meio. A conciliação entre os dois sistemas antípodas nasce de considerações políticas e menos doutrinárias, destinando-se a aliviar as resistências dos congressistas a essa mudança no sistema de votação que já foi abolido nos países mais desenvolvidos. O voto distrital misto vigeria no presidencialismo, se não houver clima e condições favoráveis para a introdução do parlamentarismo.

Há uma concordância geral quanto à impressão de que uma das causas da crise política está na confusão que impera no Congresso, onde não se consegue apurar uma vontade majoritária em determinada direção. Há pulverização de forças e de correntes que levam frequentemente à formação de maiorias eventuais, a cada matéria em apreciação.

Com um sistema político forte será possível vencer a crise, ainda que à custa dos inevitáveis sacrifícios. Inspirado na ressurreição do PMDB, viabilizada pela expectativa de poder em torno de Quércia, Delfim trabalha, a curto prazo, na articulação de um novo bloco parlamentar independente, com cem deputa-

ARQUIVO



**Passarinho: tentando coordenar, em um mar agitado**

dos, que resultaria da fusão do PDS, PTB, PL e PDC, que tanto poderia apoiar como se opor ao Governo.

Acordo político tão ambicioso exige base, que é São Paulo, e torna irrecusáveis as compensações. Paulo Maluf, do PDS, quer o governo de São Paulo. O PMDB terá naturalmente candidato, mas ninguém são forte quanto Maluf, se tiver êxito a manobra de eliminar o sistema de votação em dois turnos para governadores e prefeitos, objeto de emenda constitucional em tramitação de autoria do senador Marco Maciel.

— O problema do Maluf é que ele tem a metade dos votos, mas falta um para ganhar — ironiza Delfim.

Contrapondo-se ao quadro de recessão econômica que o Governo impôs ao País, Quércia procura dominar a bandeira do desenvolvimento, com que Juscelino trocou o governo de Minas pelo Palácio do Catete, Quércia continua naturalmente engajado na defesa da manutenção do presidencialismo, mas evitará qualquer confronto com os parlamentaristas, admitindo a possibilidade de entendimento, desde que a fórmula escolhida preserve os poderes do presidente da República, como na França.

A situação parece familiar. O presidente Fernando Collor está relegado ao famoso círculo de giz caucasiano da peça de Brecht. Precisa de corda, que seus adversários não se dispõem a jogar em mar alto. O Presidente necessita de apoio político para implementar as propostas de seu Projeto de Reconstrução Nacional. Os adversários preferem, eles mesmos, fazer o jogo à sua moda.

O Presidente acha-se tão consciente de que se poderá chegar ao **Point of no return** que já encomendou a dois respeitadíssimos especialistas jurídicos de sua assessoria para formularem uma proposta de sistema parlamentarista depois de ouvidos setores e personalidades importantes da elite brasileira.

Como se pode ver, trata-se de pesado jogo de profissionais. Delfim parece reviver a situação em que se envolveu quando do movimento pela prorrogação do mandato do general Emílio Médici. Emissário do general

Carlos Alberto Fontoura, do SNI, o coronel Mariath foi a Porto Alegre tentar a cooptação do general Oscar Luis da Silva, Comandante do IIIº Exército. O general Oscar indagou qual o hotel em que se achava o coronel. Pediu que esperasse. Ligou para o todo poderoso Ministro do Exército, general Orlando Geisel, que mandou prender o coronel. O que foi feito.

Dias depois, o velho senador Vitorino Freire, sobra do PSD, dizia a Delfim:

— Amigo meu que está se afogando na praia, eu jogo a corda. Em alto-mar, não posso jogar para não correr o risco de afogamento.

Agora, Delfim colheu sua primeira grande vitória quando a executiva nacional e a bancada do PDS decidiram entregar aos líderes Victor Faccioni e Esperidião Amin a tarefa de sondarem o PTB, PDC e PFL para a idéia do bloco independente.

Para os envolvidos na articulação, Collor parece consciente de seus riscos potenciais. Tanto que o Presidente, atento aos conselhos do líder do PMDB, Genebaldo Correia, resolveu listar os 14 itens prioritários de seu **Projeto** para análise do Congresso. Só que tirou o mais polêmico e controvertido de todos da cartola, o de política salarial, para semear a confusão — pelo menos de acordo com Delfim.

Os que defendem a implantação do parlamentarismo, como o deputado Delfim Netto, admitem a hipótese de que a implantação do parlamentarismo seja apressada pelo imponderável — o fato novo, na linguagem peculiar dos políticos. O pressuposto é de que Collor está perdido, perplexo e sem rumo e terá que baixar nova meia-sola até agosto para precipitar o impasse que poderia ter explosivo poder criador, politicamente.

A presunção é de que Collor adotará novas medidas de impasse, lá por meados de agosto, que serão rejeitadas pelo Congresso, uma vez que, a essa altura, a credibilidade do Governo terá beirado os índices que tanto inquietavam o ex-presidente José Sarney quanto aumentam seus atropelos no Congresso.